



**UEPB**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE HUMANIDADES OSMAR DE AQUINO  
CAMPUS III  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

**DAYANNE DA SILVA ALVES**

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A EDUCAÇÃO SEXUAL: RELATO DE  
EXPERIÊNCIA SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA EM ESTÁGIO  
SUPERVISIONADO**

**GUARABIRA – PB  
2024**

DAYANNE DA SILVA ALVES

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A EDUCAÇÃO SEXUAL: RELATO DE  
EXPERIÊNCIA SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA EM ESTÁGIO  
SUPERVISIONADO**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado a/ao Coordenação/Departamento do Curso Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba-campus III – Guarabira, como requisito parcial à obtenção do título de Graduação em Pedagogia sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Thayana Priscilla Domingos Da Silva.

**Área de concentração:** Formação Docente e Identidades: gênero, sexual, geracional, étnico-racial.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Thayana Priscilla Domingos da Silva

**GUARABIRA – PB  
2024**

## Ficha catalográfica

A474f Alves, Dayanne da Silva.  
Formação de professores e a educação sexual  
[manuscrito] : relato de experiência sobre a prática pedagógica  
em estágio supervisionado / Dayanne da Silva Alves. - 2024.  
43 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em  
Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de  
Humanidades, 2024.

"Orientação : Prof. Dr. Thayana Priscila Domingos da  
Silva, Departamento de Educação - CH. "

1. Educação sexual. 2. Estágio Supervisionado. 3.  
Formação de Professores. 4. Relato de Experiência. I. Título

21. ed. CDD 371.12

DAYANNE DA SILVA ALVES

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A EDUCAÇÃO SEXUAL: RELATO DE  
EXPERIÊNCIA SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA EM ESTÁGIO  
SUPERVISIONADO**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado a/ao Coordenação/Departamento do Curso Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba-campus III – Guarabira, como requisito parcial à obtenção do título de Graduação em Pedagogia sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Thayana Priscilla Domingos Da Silva.

**Área de concentração:** Formação Docente e Identidades: gênero, sexual, geracional, étnico-racial.

Aprovada em: 20/06/2024

**BANCA EXAMINADORA**

*Thayana Priscilla Domingos da Silva*

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Thayana Priscilla Domingos da Silva (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

*Jaqueline Leandro Ferreira*

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jaqueline Leandro Ferreira  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

*Sheila Gomes de Melo*

---

Prof.<sup>a</sup> Ms.<sup>a</sup> Sheila Gomes de Melo  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

## DEDICATÓRIA

Com apreço, dedico este trabalho a todas as pessoas que estiveram ao meu lado durante esta jornada acadêmica, me apoiando incentivando.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado determinação e perseverança para que este trabalho fosse concluído. À minha família, pelo amor incondicional, apoio e compreensão em todos os momentos. Ao meu filho em especial por ser um dos motivos de eu não desistir. Agradeço também aos amigos pelos momentos de descontração que amenizaram os desafios.

Agradeço a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) campus III, a todo corpo docente e coordenação do curso de pedagogia que contribuíram para minha formação. Em especial, agradeço à minha orientadora Thayana Priscila Domingos da Silva, pela paciência em me auxiliar nesse processo de conclusão e por todos os ensinamentos ao decorrer deste curso. Por fim, gostaria de expressar meu reconhecimento a todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, contribuíram para este trabalho, mesmo que não diretamente mencionadas aqui. Suas influências foram significativas e profundas. Que cada linha escrita represente não apenas um esforço acadêmico, mas também uma jornada de autoconhecimento e amadurecimento. Meus mais sinceros agradecimentos.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – Objetivos gerais do trabalho com a Orientação Sexual.....	26
<b>Figura 2</b> – Conceitos-chave e ideias-chave por faixa etária.....	29
<b>Figura 3</b> – Livro “Não me toca, seu boboca!” .....	36
<b>Imagem 1</b> – Semáforo do toque.....	35

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**BNCC** – Base Nacional Comum Curricular

**CH** – Centro de Humanidades

**DCN** – Diretrizes Curriculares Nacionais

**IST** – Infecção Sexualmente transmissíveis

**LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

**Nº** – Número

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**OAB** – Ordem dos Advogados do Brasil

**PCN** – Parâmetros Curriculares Nacionais

**PB** – Paraíba

**RE** – Relato de Experiência

**TV** – Televisão

**UEPB** – Universidade Estadual da Paraíba

**UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>A EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS: BREVE DISCUSSÃO TEÓRICA E LEGAL</b> .....	<b>16</b>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>20</b>
<b>4</b>	<b>PRESCRIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS CURRICULARES PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: ENTRE AUSÊNCIAS E GARANTIAS PARA UMA EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS</b> .....	<b>22</b>
<b>5</b>	<b>PARA ALÉM DOS SILÊNCIOS, O LUGAR DE POSSIBILIDADES: ENTRE A FORMAÇÃO E A PRÁXIS</b> .....	<b>33</b>
	5.1. Relato de experiência do Estágio Supervisionado: intervenção pedagógica sobre a Educação Sexual no ensino fundamental	
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>41</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>42</b>

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo geral apresentar um relato de experiência referente ao ambiente do ensino a partir da vivência na disciplina de Estágio Supervisionado do curso de Pedagogia. Desse modo, teve-se como justificava a necessidade de refletir sobre as questões em torno da educação, sexualidade e gênero no campo escolar, especificamente no ensino fundamental, uma vez que, se faz necessário desmistificar os tabus em torno da sexualidade, pois alguns discursos podem levar a uma série de resultados negativos como discriminação, estigma e violência. As discussões teóricas foram fundamentadas e baseadas nos estudos de Lopes (1997; 2003), Bruns; Santos (2000), Saffioti (2015), entre outros autores. O percurso metodológico atendeu a análise documental em que foram feitas buscas no campo de pesquisa dos documentos oficiais, filtrando as palavras-chave gênero, sexualidade, educação sexual, educação em sexualidade, além de direcionar a pesquisa descritiva no relato de experiência do Estágio Supervisionado, que possibilitou uma intervenção pedagógica sobre educação sexual para a turma do 4º ano do ensino fundamental de uma escola municipal da cidade de Guarabira – PB. Como resultado foi possível encontrar evidência sobre o silenciamento da temática nos documentos oficiais, ou aparição de conteúdos biologizantes para tratar a educação sexual nas escolas. A partir da intervenção pedagógica no Estágio Supervisionado buscou-se, nas possibilidades educacionais, orientar as crianças contra possíveis situações de abuso e violência sexuais. Por isso a formação docente deve construir uma práxis pedagógica que relaciona teoria e prática, promovendo uma discussão efetiva sobre educação sexual para garantia da igualdade de gênero, respeito mútuo, autonomia e bem-estar emocional e social. Isso requer uma abordagem crítica e reflexiva sobre as questões em torno de temas como sexualidade e gênero.

**Palavras-chave:** Educação Sexual. Estágio Supervisionado. Formação de Professores. Relato de Experiência.

## **ABSTRACT**

This research aims to present a report of experience regarding the teaching environment from the experience in the discipline of Supervised Internship of the Pedagogy course. Thus, it was justified the need to reflect on issues around education, sexuality and gender in the school field, specifically in elementary school, since it is necessary to demystify the taboos around sexuality, some discourses can lead to a series of negative results such as discrimination, stigma and violence. The theoretical discussions were based on the studies of Lopes (1997; 2003), Bruns; Santos (2000), Saffioti (2015), among other authors. The methodological approach met the documentary analysis in which searches were made in the field of research of official documents, filtering the keywords gender, sexuality, sex education, sexuality education, Besides directing the descriptive research in the experience report of the Supervised Internship, which enabled a pedagogical intervention on sex education for the class of the 4th year of elementary school of a municipal school in the city of Guarabira – PB. As a result it was possible to find evidence on the silencing of the theme in official documents, or appearance of biologizing content to treat sex education in schools. From the pedagogical intervention in the Supervised Internship, it was sought, in the educational possibilities, to guide children against possible situations of sexual abuse and violence. Therefore, teacher training should build a pedagogical praxis that relates theory and practice, promoting an effective discussion about sex education to guarantee gender equality, mutual respect, autonomy and emotional and social well-being. This requires a critical and reflective approach to issues around themes such as sexuality and gender.

**Keywords:** Sex Education. Supervised internship. Teacher training. Experience Report.

## 1. INTRODUÇÃO

As discussões em torno de gênero e sexualidade estão presentes na sociedade atual. A mídia, a literatura, o cinema, a escola, as universidades e os ambientes dedicados à política, têm sido palco de grandes e importantes debates acerca do referido tema. Nesse contexto, a escola tem um papel fundamental no que diz respeito ao tema sobre educação sexual. Afinal, orientar as crianças e os adolescentes seria um papel dos familiares, especificamente, de mães, pais ou responsáveis?

A educação sexual gerida pela responsabilidade familiar, por tempos, contou com a falta de diálogos entre mães/pais e filhas/os, condicionando uma dificuldade de comunicação pela presença de tabus ainda presentes na sociedade. O “não dialogar” facilita a exposição de crianças, a conteúdos de erotização, violência sexual, entre outros, bem como os adolescentes a situações de riscos relacionados ao exercício da sexualidade, como gravidez indesejada, contágio de infecções sexualmente transmissíveis e traumas psicológicos e emocionais resultantes da vivência de uma sexualidade frustrante (Trindade & Bruns, 1999).

As mães/pais e responsáveis temem o assunto e o evitam ou, às vezes, acabam por reprimir essa educação sexual, por terem em mente que o “falar” sobre sexualidade possa vir a antecipar cada vez mais a prática sexual (Bernardi, 1985; Trindade & Bruns, 1999). Faz-se importante saber que, trabalhar com a educação sexual, seja com crianças, pré-adolescentes e adolescentes, não direciona a erotização dos corpos, ou vivências sexuais precocemente. Pelo contrário, é uma forma de orientar com informações seguras, garantindo o fortalecimento das relações pessoais entre mães/pais e filhas/os, para que futuramente essas crianças não sejam afetadas negativamente com a erotização dos corpos e violência sexual.

Ao falar de Educação sexual precisamos entender mais sobre gênero e sexualidade. Devido os avanços dos debates na sociedade, os conceitos relacionados a gênero, sexualidade e educação sexual têm se tornado mais inclusivos e conscientes das diversas experiências e identidades humanas. Assim, identidade e gênero é a forma como a pessoa se identifica e como se apresenta socialmente, independentemente do gênero biológico, como já ratificado nos estudos de Simone Beauvoir nos anos de 1949 com a obra *O Segundo Sexo*. A

autora Louro (1997, p. 24-25) diz que a pretensão é “entender o gênero como constituinte da identidade dos sujeitos” como etnia, classe ou nacionalidade. E a educação sexual é a peça essencial para que possamos abordar a sexualidade, visando capacitar as pessoas com conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para tomar decisões saudáveis e responsáveis sobre sua saúde sexual e bem-estar.

Desse modo, nos questionamos sobre o porquê da educação sexual ser um tema tão importante para ser tratado nas escolas, de que forma esse tema poderia ser abordado e como o contexto da educação sexual tem aparecido na formação docente e nas políticas curriculares da educação brasileira? Logo, como o conhecimento produzido na formação inicial tem possibilidade à construção de um processo que legitima a prática docente das/os estudantes do curso de pedagogia incidindo numa ação pedagógica reflexiva e crítica?

Nesse sentido, a escola passa a ser parte essencial do processo de ensinar com abordagens lúdicas e informativas, solucionando dúvidas, pelo fato de reproduzir cultural e socialmente o contexto da sociedade, sendo peça fundamental para construção das identidades que também dialogam com as questões de gênero e sexualidade. Desse modo, pode-se dizer que “As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade” (Louro, 2003, p.11).

Trabalhar a educação sexual no ensino fundamental tem como foco principal orientar crianças e adolescentes sobre saber respeitar seu corpo e também o do próximo, ensinando, especialmente, a pensar criteriosamente as questões, sobre respeito, limites, preconceito, medos e tabus. Contudo, a escola tem repetido comportamentos binários, de forma que meninos e meninas são educados de formas diferentes, num conceito historicamente embasado na submissão feminina e dominância masculina. E dessa forma as identidades vão se desenvolvendo baseados numa cultura totalmente obsoleta enraizados a uma sociedade culturalmente binária. A autora Scott (1986) ressalta a ideia de que é preciso desconstruir o “caráter permanente da oposição binária” masculino e feminino.

Em outras palavras: Joan Scott observa que é constante nas análises e na compreensão das sociedades um pensamento dicotômico e polarizado sobre os gêneros; usualmente se concebem homem e mulher como pólos opostos que se relacionam dentro de

uma lógica invariável de dominação-submissão (Louro 1997, p. 30-31).

Sendo assim, é necessário desconstruir ideias inadequadas a respeito da sexualidade, criar um ambiente em que o/a aluno/aluna sinta confiança em conversar sobre o tema em questão. Quando a escola trabalha a educação sexual desde a educação infantil, os alunos/alunas sentem confiança nos profissionais da escola, sentindo-se acolhidos/as, proporcionando uma educação saudável e respeitosa.

Assim, este trabalho tem como objetivo geral apresentar um relato de experiência referente ao ambiente do ensino alusivo à disciplina de Estágio Supervisionado, apresentando as possibilidades e os silenciamentos sobre a práxis educativa com relação ao contexto da educação sexual.

Para isto, foram considerados como objetivos específicos:

- Analisar as prescrições curriculares nos documentos legais e nas normativas curriculares, embasados principalmente nas legislações educacionais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB (1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1997), pelo caderno dos temas transversais sobre Orientação sexual, a última versão das Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs (2013) e a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2018) destinada ao ensino fundamental.
- Refletir sobre a formação de professores e a práxis no contexto da educação sexual;
- Identificar conteúdos no Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia do Centro de Humanidades – CH, campus III/Guarabira, Universidade Estadual da Paraíba – UEPB que trazem discussões sobre educação sexual para a formação inicial dos/as estudantes futuros docentes;
- Descrever as possibilidades de prática pedagógica em torno da temática da educação sexual para alunos/as do ensino fundamental.

Este trabalho estruturou-se em 6 partes, a contar com: 1 - Introdução; 2 - Educação sexual nas escolas: breve discussão teórica e legal, em que trazemos uma breve abordagem teórica sobre o tema e as medidas legais dos últimos anos para condução social e educacional; 3 - Metodologia; 4 - Prescrições Legais e

Normativas Curriculares para o ensino fundamental: entre ausências e garantias para uma educação sexual nas escolas, que discute sobre as medidas oficiais em torno da educação brasileira no contexto do ensino fundamental para o debate sobre a educação sexual, apontando os rumos e silenciamentos. Verificamos as leis e normativas curriculares, destacando suas implicações para a prática educacional e os desafios enfrentados para o desdobramento do tema nas escolas. As limitações das diretrizes atuais apontam para as consequências dessas omissões para os alunos, educadores e para a sociedade em geral. Ao identificar essas lacunas, buscou-se contribuir para uma reflexão crítica e informada sobre os desafios e oportunidades na promoção de uma educação sexual mais inclusiva e esclarecedora. Sendo assim, direcionou-se o capítulo 5 - *Para além dos silêncios, o lugar de possibilidades: entre a formação e a práxis*, que explora o relato de experiência a partir do cenário educacional em que a educação sexual muitas vezes é negligenciada ou tratada com reservas. Este segmento possibilitou refletir sobre a formação de professores e a implementação de uma prática pedagógica em torno da educação sexual no ambiente escolar a partir de uma intervenção vivenciada pelo Estágio Supervisionado. Alerta-se para os desafios e as possibilidades em que as/os educadores enfrentam ao lidar com esse tema. Por fim, apontam-se as 6 - Considerações Finais. Ao investigar a lacuna e aproximação entre teoria e prática, visa-se lançar luz sobre os obstáculos que impedem essa abordagem, mas, sobretudo, os rumos que direcionam as possibilidades de uma educação sexual consciente, respeitosa e inclusiva nas escolas.

## **2. A EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS: BREVE DISCUSSÃO TEÓRICA E LEGAL**

Os direitos fundamentais entendidos como direitos básicos e humanos, incluindo a educação, são garantidos pela legislação constitucional de modo igualitária a todos os sujeitos brasileiros. Segundo a Constituição Federal (1988),

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;”. Em seguida temos também o Art. 7º, XXX e XXXI, que defende a igualdade de salários independente de sexo, idade, cor, ou estado civil, proibindo qualquer tipo de discriminação (Brasil, 1988).

As mulheres sempre foram vistas e consideradas como sexo frágil e incapaz, tendo apenas como função de reprodução e cuidados domésticos, sendo assim dominada pelo sexo masculino, tendo a violência doméstica e a opressão sinais de dominação. Foi a partir da luta das feministas que enfrentaram o estado em busca de igualdade que atualmente todos são iguais diante da lei, mas apesar de a mulher ser igual em direitos, elas ainda são vistas como sendo propriedade do homem. Blay (2008) relata que:

até meados dos anos 80, a violência contra mulheres era noticiada como um fato qualquer, em frequentes alusões de que a vítima merecia o que sofreu. Também violências como incesto e estupro eram muitas vezes estampadas como não violência. A mudança desse enfoque começa nos anos 90 e se estende pela primeira década dos anos 2000, quando a imprensa deixou de culpabilizar as mulheres por sua morte e passou a questionar as justificativas dos homicídios contra mulheres, ou seja, passou a ser investigativa, neutra e problematizadora (p. 58).

Sabemos que a violência contra a mulher não é um fenômeno recente. E também não é à toa que a lei de combate à violência doméstica carrega o nome de uma mulher: Maria da Penha Maia Fernandes Vítima de seu marido dentro do seu próprio lar, carrega consigo o fim de uma história de omissão (Brasil 2018, p. 20). A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) que visa proteger as mulheres contra

violência familiar e doméstica. A lei atende as vítimas que sofrem violências física, psicológica, patrimonial ou sexual. Maria da Penha, é uma mulher natural do Ceará, farmacêutica bioquímica, ela foi vítima por muito tempo de uma série de agressões por parte do marido, e no ano de 1983, o seu esposo tentou mata-la, Maria da Penha não chegou a falecer, mas ficou paraplégica, depois de passar pelos tratamentos e voltar para casa, ela sofreu outra tentativa de assassinato, dessa vez o seu cônjuge tentou eletrocutá-la. E só depois dessa sequência de agressões ela teve a coragem de denunciar o seu agressor.

Esta lei além de proporcionar um avanço no combate à violência de gênero, a Lei Maria da Penha também trouxe à tona a questão da homossexualidade. Pela primeira vez uma lei preocupou-se com a relação íntima de afeto entre duas pessoas, sejam elas do mesmo sexo ou não. Alargou sua proteção às famílias homoafetivas de modo expresso ao fazer referência à orientação sexual da mulher( Brasil 2018, p. 23).

E independente disso, as questões de gênero devem ser consideradas em qualquer caso, uma vez que estruturam os papéis sociais desempenhados por homens e mulheres e explicam as vulnerabilidades acentuadas das meninas à violência sexual e outras formas de violação de direitos (UNESCO, 2023, p.54).

Ainda assim, há desafios significativos na realização de cumprimento dessas leis, e a luta pela igualdade continua sendo o foco de muitos movimentos pelo Brasil. A exemplo, temos o feminismo que possui uma parcela bastante significativa em relação aos movimentos sociais que envolvem a igualdade de gêneros sociais, jurídica e política entre homens e mulheres, contra o sexismo masculino, estruturado em convicções de que o gênero masculino é superior aos demais, credidas essas embasadas em uma cultura social patriarcal. Segundo Saffioti (2015, p.15,) “[...] o sexismo não é somente uma ideologia, reflete, também, uma estrutura de poder, cuja distribuição é muito desigual, em detrimento das mulheres”. São formas estruturalistas convencionais que decorrem de inferiorizar o gênero oposto, levando a opressão sistematizada. Em seus escritos a autora Guacira Lopes Louro (1997), deixa em evidência que:

Os Estudos Feministas estiveram sempre centralmente preocupados com as relações de poder. Como já foi salientado, inicialmente esses estudos procuraram demonstrar as formas de silenciamento,

submetimento e opressão das mulheres (Louro, 1997; p. 37).

É importante reconhecer e respeitar a diversidade das identidades de gênero, permitindo que as pessoas expressem quem são de maneira espontânea seja através de pronomes, gestos, expressões de gênero ou até mesmo por transições físicas. Segundo Guacira Lopes (2010), “as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento”. Sendo assim, é de suma importância promover um ambiente inclusivo e respeitoso para garantir o bem-estar e a igualdade para todos.

Conforme o texto *O corpo e a sexualidade* de Jeffrey Weeks (2003), a sociedade sempre hierarquizou os corpos masculinos e femininos ordenados por um único sexo inclusive segundo ele também a sexualidade favorece os homens, regula e controla as mulheres e reprende o “terceiro sexo” ou homossexualidade. Já Laqueur (1990), interpreta essa desigualdade da seguinte forma “o corpo feminino como uma versão inferior e invertida do masculino” (Louro, 2003).

Reconhecer a diversidade de identidade de gênero e orientações sexuais é essencial para promover a igualdade, o respeito e a inclusão de todas as pessoas, independentemente de sua expressão de gênero ou orientação sexual. É na escola que acontece às primeiras interações dos adolescentes em grupos sociais distintos dos grupos familiares, direcionados também a sexualidade, e é no âmbito escolar que esses indivíduos passam maior parte do tempo, onde aprendem questões de um currículo oficial que institui disciplinas obrigatórias: Português, Matemática, História etc., aprendem também valores e crenças, e é lá que a maioria das identidades é redescoberta.

Por esse motivo se faz necessário que haja no currículo escolar, além das disciplinas já citadas, uma preocupação na prática pedagógica com a educação sexual, de forma que possam respeitar as diferenças, inclusive as suas. De fato, a educação sexual precisa e deve ser direcionada na infância pelos próprios familiares para que esses indivíduos cheguem à adolescência conscientes das questões em torno da sexualidade. Porém, por vezes, a ausência de diálogo em casa pelos familiares produz distanciamentos e silenciamentos.

Desse modo, em uma grande parte das vezes, a educação sexual familiar firma-se sobre pilas tras nas quais o autoritarismo, a fidelidade à crítica às tradições e valores familiares, a imposição de

valores pré-fabricados e a repressão à sexualidade são impostos e amplamente aceitos (Bruns; Santos, 2000, p. 21).

É importante salientar, a devida importância da educação sexual nas instituições de ensino, visando apontar conhecimentos e levar informações para o desenvolvimento dos alunos/as, objetivando uma formação segura. Percebe-se a necessidade de discutir a educação sexual nas escolas quando nos deparamos nas mídias, ou até mesmo ao nosso redor, casos de violência sexual contra mulheres, crianças e adolescentes. Nas instituições de ensino, a educação sexual no ensino fundamental tem aparecido apenas nas aulas de ciências ou biologia e de forma muito anatômica e fisiológica. Na maioria das vezes, a educação sexual é vetada por preconceitos, achismos e tabus, esses empecilhos estão arraigados em uma sociedade sustentada por relações sociais opressoras.

Segundo Guimarães (1995, p.22):

O homem (acrescentamos: a mulher) foi elaborando, histórica e culturalmente, um conjunto de posturas em torno do sexo, que se fez com que esse transcendesse o próprio homem (acrescentamos: mulher). Surgiram tantas exigências, regras, interdições e permissões que tornaram a atividade sexual um tabu.

Muitas das vezes, a escola e a/o professora/o por temerem a reação dos pais, mães ou responsáveis dos/as alunos/as, não incluem a educação sexual em seus planos de aulas ou nas propostas pedagógicas escolares. A autora Isaura Guimarães (1995), relata em sua obra, *Educação sexual na Escola: mito e realidade*, que na década de 1930, o Colégio Batista do Rio de Janeiro implantou no currículo o ensino da evolução das espécies e Educação Sexual, tratando inicialmente do papel feminino na reprodução e, só posteriormente, incluindo o papel sexual do masculino. O responsável pela iniciativa sofreu processo jurídico e foi demitido, apesar da linha de prudência e austeridade então proposta (Bruns; Santos, 2000, p. 27).

Quando o tema em foco é sexualidade, a influência midiática surte efeitos predominantes sobre as crianças e os adolescentes, a sexualidade erotizada tem tomado conta da maior parte dos conteúdos apresentados nas redes sociais e programas de televisão. Apesar de termos a classificação da censura idade nos programas e nas redes sociais, esse conteúdo chega até as crianças.

Na direção da oficialização do currículo da educação brasileira, nos seguintes

anos de 1990, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1997) abordavam o tema transversal no currículo a Orientação Sexual, compreendendo a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, apontavam que a mídia tinha causado uma publicidade exagerada com relação à sexualidade, estimulando o erotismo, e alimentando a ansiedade de crianças e adolescentes por fantasias sexuais, tendo causado informações mistas e podendo causar ideias erradas a respeito da sexualidade.

A mídia, e no caso especificamente a TV, exerce uma influência no cotidiano de todos nós. Em relação às crianças e jovens, então, nem se fala, principalmente por estarem na fase de formação dos valores, conceitos, métodos de conduta e comportamento sexual, sabemos que a exposição precoce da criança a cenas de sexo e violência, de forma degradante, pornográfica e sem nenhum critério, pode interferir no seu desenvolvimento social. A criança armazena todo tipo de informação que recebe. Por isso, devemos ter qualidade nessas informações (Ribeiro, 2005, p. 112).

É importante ressaltar que, na maioria das vezes, o abuso sexual não acontece de um jeito estereotipado ou violento. Geralmente acontece ou inicia disfarçado de brincadeira, de cuidado, de carinho. E vem de pessoas da confiança dos familiares, de pessoas que fazem parte da convivência. Por conta disso as crianças precisam e devem estar preparadas para saberem detectar qualquer tipo de violência. Durante o processo de ensino e aprendizagem a família e a escola devem estar unidas pelo mesmo propósito, que é assegurar uma educação sexual segura e respeitosa. A educação sexual está ligada a conscientização da sociedade, em relação a saberes amplos para uma convivência social em respeito. Porém, ainda nos dias atuais, as questões sobre sexualidade possuem tabus, silenciamentos e, na escola ausência de profissionais com formação adequada para encarar práxis pedagógicas que protagonizem um trabalho sobre o tema.

### 3. METODOLOGIA

Este trabalho situa-se como uma pesquisa qualitativa em educação de base documental e descritiva, a pesquisa qualitativa é uma das abordagens de investigação que utilizam métodos “múltiplos que são interativos e humanísticos. [...] cada vez mais envolvem participação ativa e sensibilidade dos participantes do estudo” (Richardson, 2017. p.67). A pesquisa qualitativa tem como finalidade proporcionar uma compreensão mais rica e profunda dos fenômenos estudados contribuindo para o avanço do conhecimento. Uma vez que, analisamos os documentos normativos nacionais pontuando os rumos e ausências sobre a educação sexual.

Partiu-se também para as possibilidades com relação às ações pedagógicas da prática docente sobre a abordagem do tema. Para lançarmos um olhar da base descritiva, a pesquisa apresentou um relato de experiência de uma intervenção pedagógica a partir da práxis educativa sob a vivência da disciplina de Estágio Supervisionado II em uma escola pública municipal situada na cidade de Guarabira-Paraíba.

Em relação ao tipo de vivência, este elemento descreve o ambiente no qual o RE está situado, podendo ser do ensino (componente curricular – tipo o estágio), da pesquisa (projeto), da extensão (projeto), de programas institucionais (PIBID), intercâmbio e residência. [...] No que se refere ao público [...] pode-se optar por caracterizar de forma coletiva (escolares, mulheres, servidores públicos, dentre outras), grupo especial [...] e misto (adultos e idosos) (Mussi, Flores e Almeida, 2021, p. 68-69).

Assim, com relação ao tipo de vivência o relato de experiência situa-se no ambiente de ensino correspondente a disciplina de o estágio aplicada em uma escola pública. E no que se refere ao público, a intervenção foi feita na sala de aula da turma de 4º ano do ensino fundamental que possuía alunos/as de 8 a 12 anos de idade. O relato de experiência proporcionou as descrições das vivências e a reflexão

crítica da experiência, resultando numa descrição informativa e crítica. Pois, segundo os autores Mussi, Flores e Almeida (2021) existem 4 tipos de descrição no RE: informativa, referenciada, dialogada e crítica. Destacamos acima os 2 tipos que se apresentam neste estudo considerando as características de cada uma.

A descrição informativa consiste em caracterizar o cenário do estudo por meio dos aspectos elencados, constituindo como oportunidade de conhecer o trabalho (OLIVA; RODRIGUES, 2020). [...] A descrição crítica refere-se a uma análise reflexiva do trabalho. A autocrítica é necessária para alcance da criticidade (Mussi, Flores e Almeida, 2021, P.71-72).

Diante da pesquisa documental, os documentos analisados serviram por um tempo, como os PCNs (1997), ou servem atualmente, como a LDB (1996) e BNCC (2018), de padrão curricular obrigatório para a prática pedagógica das escolas brasileiras, sendo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB (1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1997), pelo caderno dos temas transversais sobre Orientação sexual, a última versão das Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs (2013) e a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2018) destinada ao ensino fundamental. Também analisamos o documento *Direito à educação em sexualidade e relações de gênero no cenário educacional brasileiro*, desenvolvido e publicado pela UNESCO na versão do ano de 2023. No campo da formação inicial, buscamos o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia – PPC (2016) para situar a discussão a partir das disciplinas que se relacionam com conteúdos sobre gênero e sexualidade.

Nos seguintes documentos foram feitas buscas no campo de pesquisa filtrando as palavras-chave: gênero, sexualidade, educação sexual, educação em sexualidade. A partir das partes encontradas foi discutido criticamente com respaldo teórico dos autores em foco. Entre diversos teóricos da área, percorremos as obras de Lopes (1997) (2003), Bruns; Santos (2000), Saffioti (2015), entre outros autores.

#### **4. PRESCRIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS CURRICULARES DO ENSINO FUNDAMENTAL: ENTRE AUSÊNCIAS E PROMOÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS**

Alguns programas governamentais tem se voltado para a condução de uma educação sexual para os/as adolescentes e jovens nas escolas bem como o protagonismo de ações voltadas para a sociedade como um todo, sendo o caso das Políticas Nacionais de Educação para a Diversidade instituindo o Programa Brasil sem Homofobia (2004), promovendo cidadania e equiparação de direitos e o combate à violência e homofobia. Outra condução foram as Diretrizes para Implementação do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (2006) que dialoga com material específico para direcionar uma educação sexual a adolescentes e jovens discutindo vulnerabilidade, sexualidade, gravidez, entre outros. O programa direciona um guia para a formação de profissionais de saúde e educação, trazendo um livro sobre gênero e outro sobre sexualidade, além de abordar demais temas e outras cartilhas. A grande questão é que quase nunca aparecem elementos institucionais para o trabalho da educação sexual com crianças do ensino fundamental dos anos iniciais. O silenciamento do tema nas formações docentes e nos ambientes escolares ainda é uma realidade, especialmente quando tratada para crianças.

Conforme as Políticas de Saúde, esse público se encaixa dentro do calendário de vacinação nacional contra o Papiloma Vírus Humano – HPV, em que meninos e meninas dos 9 aos 11 anos de idade têm direito a vacina. No Sistema Único de Saúde – SUS, essa medida surge a partir do ano de 2015 e protagonizou discursos conservadores, antivacinas e *fake News*, ligando a ação a possibilidade das crianças iniciarem sua atividade sexual de modo precoce ou promíscua,

entendendo que estariam protegidos contra infecções sexuais. Isto se relaciona também a uma adesão da tendência do negacionismo científico sobre a vacinação fortalecida posteriormente na pandemia do Covid-19 em 2019 no Brasil a partir de um reforço ideológico político de extrema direita vivido naquele momento. Conforme Sousa *et al* (2018), se faz necessário o conhecimento por parte dos pais, filhos e filhas, possibilitando uma melhor aceitação e quebrando alguns mitos.

O problema da aceitação da vacina deve ser encarado como uma rede com níveis de complexidade variados, a desigualdade social e racial tem influência direta em muitos temas de saúde e nesse não é diferente. O apoio da família e a decisão compartilhada devem sempre ser preferidos à simples imposição governamental (Sousa *et al*, 2018, p. ).

Com relação à educação escolar, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1997/1998), as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs (1998/2013), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (1996), a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017/2018) fazem parte das prescrições curriculares educacionais. O Ministério da Educação – MEC desempenha um papel importante na formulação da política educacional brasileira e na definição de diretrizes educacionais. Estes documentos deveriam orientar também a área da educação sexual, pelo fato em que o termo sexualidade não está contida em um único lugar, mas, faz parte de vários círculos da vida humana, influenciando e sendo influenciada por fatores biológicos, psicológicos, sociais, culturais e políticos.

Assim, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9.394/1996, não aborda de modo claro o tema da sexualidade em nenhum de seus artigos. Esta lei estabelece os princípios e as diretrizes gerais da educação brasileira, mas temas específicos como gênero e sexualidade, embora importantes, são ausentes. Sobre a temática na lei, o conteúdo aparece de modo sucinto. A lei nº 14.164, de 10 de junho de 2021, alterou a LDB, trazendo no artigo 26 a inclusão do §9º:

Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher serão incluídos, como temas transversais, nos currículos de que trata o caput deste artigo, observadas as diretrizes da legislação correspondente e a produção e distribuição de material didático adequado a cada nível de ensino (Brasil, 1996).

Apesar de ser um conteúdo importante, a LDB (1996) não sinaliza nada mais sobre o tema da educação sexual no em seu texto, uma vez que o documento organiza a educação brasileira. A lei nº 14.164, de 10 de junho de 2021 cita também a instituição da Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, sendo realizada no mês de março nas instituições públicas e privadas de ensino.

Na prática, a inserção da educação sexual nas escolas brasileiras muitas vezes ocorre por meio de políticas públicas e diretrizes complementares, como os Parâmetros Curriculares Nacionais – temas transversais (1998) e programas específicos de educação sexual, que desejam promover uma abordagem educativa e preventiva sobre questões de sexualidade, saúde e relacionamentos interpessoais.

Além disso, os Parâmetros Curriculares Nacionais – Terceiro e Quarto ciclos apresentando temas transversais (Brasil, 1998), forneceram orientações sobre o desenvolvimento de currículos escolares, enfatizando a importância de promover abordagens que respeitem a diversidade, a igualdade de gênero e os direitos humanos, incluindo o respeito pela diversidade de gênero. Portanto, os PCNs tratam da inclusão da educação sexual de forma transversal nos currículos, ou seja, integrada às diferentes áreas do conhecimento. Este documento reconhece a importância de abordar a sexualidade, mas ressaltou na abordagem de conteúdo fatores dos aspectos biológicos, com uma discussão presente nas disciplinas de área de Ciências, com abordagem de Sistema Reprodutivo, Gravidez, DSTs<sup>1</sup>, etc., apesar da citação abaixo direcionar para um entendimento de uma compreensão mais ampla sobre o tema. De acordo também com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) – Temas Transversais (Brasil, 1998), tem como finalidade trabalhar diversas fronteiras da sexualidade em conjunto com as demais disciplinas.

Propõe-se que a Orientação Sexual oferecida pela escola aborde com as crianças e os jovens as repercussões das mensagens transmitidas pela mídia, pela família e pelas demais instituições da sociedade. Trata-se de preencher lacunas nas informações que a criança e o adolescente já possuem e, principalmente, criar a possibilidade de formar opinião a respeito do que lhes é ou foi apresentado. A escola, ao propiciar informações atualizadas do ponto de vista científico e ao explicitar e debater os diversos valores associados à sexualidade e aos comportamentos sexuais existentes na sociedade, possibilita ao aluno desenvolver atitudes coerentes com os valores que ele próprio elegeu como seus (Parâmetros Curriculares Nacionais, 1997, p. 300)

---

<sup>1</sup> Termo correspondente ao período dos PCNs.

Assim, nos PCNs lançaram como tema transversal o caderno específico sobre Orientação Sexual que conduzia um discurso sobre sexualidade para as escolas, especificamente o ensino fundamental. O documento sinaliza que a atuação educacional na escola sobre o tema seria trabalhado de modo que se diferenciasse do tratamento da questão no ambiente familiar.

Desse modo, os PCNs trazem no aspecto sobre Orientação Sexual conteúdos sobre DSTs, AIDS, contribuindo também “para a prevenção de problemas graves como o abuso sexual e a gravidez indesejada” (Brasil, 1998, p. 79). Contudo, apesar de sinalizar que as manifestações da sexualidade ocorrem desde muito cedo nos sujeitos, o documento indica abordagem do tema a partir do 5º ano do ensino fundamental, considerando que,

[...] a partir da puberdade, os alunos também já trazem questões mais polêmicas em sexualidade, já apresentam necessidade e melhores condições de refletir sobre temáticas como aborto, virgindade, homossexualidade, pornografia, prostituição e outras (Brasil, 1998, p.88).

O documento ratifica os objetivos gerais para atender o trabalho com a temática, prevalecendo habilidades em torno de uma visão higienista, conforme a figura 1 abaixo.

**Figura 1** – Objetivos gerais do trabalho com a Orientação Sexual.

- respeitar a diversidade de valores, crenças e comportamentos existentes e relativos à sexualidade, desde que seja garantida a dignidade do ser humano;
- compreender a busca de prazer como uma dimensão saudável da sexualidade humana;
- conhecer seu corpo, valorizar e cuidar de sua saúde como condição necessária para usufruir de prazer sexual;
- reconhecer como determinações culturais as características socialmente atribuídas ao masculino e ao feminino, posicionando-se contra discriminações a eles associadas;
- identificar e expressar seus sentimentos e desejos, respeitando os sentimentos e desejos do outro;
- proteger-se de relacionamentos sexuais coercitivos ou exploradores;
- reconhecer o consentimento mútuo como necessário para usufruir de prazer numa relação a dois;
- agir de modo solidário em relação aos portadores do HIV e de modo propositivo na implementação de políticas públicas voltadas para prevenção e tratamento das doenças sexualmente transmissíveis/AIDS;
- conhecer e adotar práticas de sexo protegido, ao iniciar relacionamento sexual.
- evitar contrair ou transmitir doenças sexualmente transmissíveis, inclusive o vírus da AIDS;
- desenvolver consciência crítica e tomar decisões responsáveis a respeito de sua sexualidade;
- procurar orientação para a adoção de métodos contraceptivos.

Fonte: PCNs – Orientação Sexual, 1988, p. 91.

Assim, os conteúdos foram divididos em 3 blocos: Corpo: matriz da sexualidade; Relações de gênero; Prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS. A abordagem do conteúdo como um todo expressa ideais sexistas baseados no binarismo. No 1º bloco (Corpo: matriz da sexualidade) dialogou-se sobre: transformações do corpo do homem e da mulher; emoções, sentimentos e sensações ligadas ao bem-estar e ao prazer do autocuidado; concepção, gravidez e parto e a existência de métodos contraceptivos; puberdade; funções sexuais e reprodutivas; respeito ao próprio corpo e ao corpo do outro; autoestima. No 2º bloco (Relações de gênero): diversidade de comportamento de homens e mulheres; concepções tradicionalmente associadas ao masculino e ao feminino; respeito pelo outro sexo; variadas expressões do feminino e do masculino. E no 3º bloco (Prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS): doenças sexualmente transmissíveis; formas de prevenção e vias de transmissão da AIDS; situações de acidente ou ferimentos que possibilitem o contato sanguíneo; repúdio às

discriminações em relação aos portadores de HIV; respeito e a solidariedade na relação com pessoas portadoras do vírus HIV.

Apesar de Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) terem sido um marco importante na educação brasileira, estabelecendo diretrizes para a organização dos currículos nas escolas de ensino fundamental e médio, desde a sua implementação na década de 1990, houveram várias mudanças e atualizações na política educacional brasileira. Hoje, os PCNs não são mais o principal documento orientador do currículo escolar. Eles foram substituídos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2017 para a educação infantil e o ensino fundamental e em 2018 para o ensino médio. A BNCC define as competências e habilidades essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da educação básica.

Em correspondência com as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs, a versão atualizada em 2013 não apresenta de modo direto uma seção sobre a educação sexual ou educação em sexualidade, mas indica que a base comum curricular deve apresentar componentes curriculares articulados com determinados conteúdos a incluir temas como sexualidade e gênero.

Os componentes curriculares e as áreas de conhecimento devem articular a seus conteúdos, a partir das possibilidades abertas pelos seus referenciais, a abordagem de temas abrangentes e contemporâneos, que afetam a vida humana em escala global, regional e local, bem como na esfera individual. Temas como saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, assim como os direitos das crianças e adolescentes, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), preservação do meio ambiente, nos termos da política nacional de educação ambiental (Lei nº 9.795/99), educação para o consumo, educação fiscal, trabalho, ciência e tecnologia, diversidade cultural, devem permear o desenvolvimento dos conteúdos da base nacional comum e da parte diversificada do currículo (Brasil, 2013, p.115).

Já o documento oficial da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017) foi desenvolvido com o objetivo de promover uma educação universal, contudo, restringe-se a habilidades e competências com fatores mercadológicos no viés de políticas neoliberais. Por tanto, este documento tem deixado a desejar no que se refere à educação sexual ou educação em sexualidade. Devido às intervenções de grupos religiosos moralizantes, fundamentalistas e conservadores, os termos

educação sexual e gênero foram removidos da BNCC ainda nas versões preliminares.

[...] as controvérsias sobre a inclusão/exclusão das questões de gênero e sexualidade nas versões preliminares da BNCC ganhava espaço na mídia, mostrando como o discurso conservador procurava construir uma narrativa definindo as questões de gênero e sexualidade como os grandes inimigos a serem combatidos pelas famílias nas escolas (Vicente, 2023, p.3).

Como resultado, o foco ficou limitado apenas ao sentido biológico da sexualidade. Além disso, esses termos relacionados à educação sexual são apenas incluídos no componente curricular de ciências no 8º ano do ensino fundamental, em que a perspectiva simplificada sobre a temática fica presente, não trazendo uma abordagem pedagógica clara para as/os docentes: “Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética)” (Brasil, 2017, p. 349).

Esse silenciamento é um ponto a ser analisado na BNCC, pois como a problematização sobre sexualidade e gênero não aparecem nos documentos oficiais, os desafios e as dificuldades se acentuam na atuação pedagógica de professoras/es pela falta de referência oficial.

No ano de 2023 foi divulgada a última versão do documento Direito à educação em sexualidade e relações de gênero no cenário educacional brasileiro, sua primeira versão apresentou-se no ano de 2009. Este documento orienta-se a partir de medidas internacionais com referência da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO sobre educação em sexualidade e contou com o apoio da Comissão da Diversidade Sexual do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e especialistas e juristas do país, Procuradorias e Defensorias Públicas, Ministério Público Federal, representantes dos Poderes Executivos federal e estaduais, além de “cooperação com o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS), o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e a ONU Mulheres” (UNESCO, 2023, p.3).

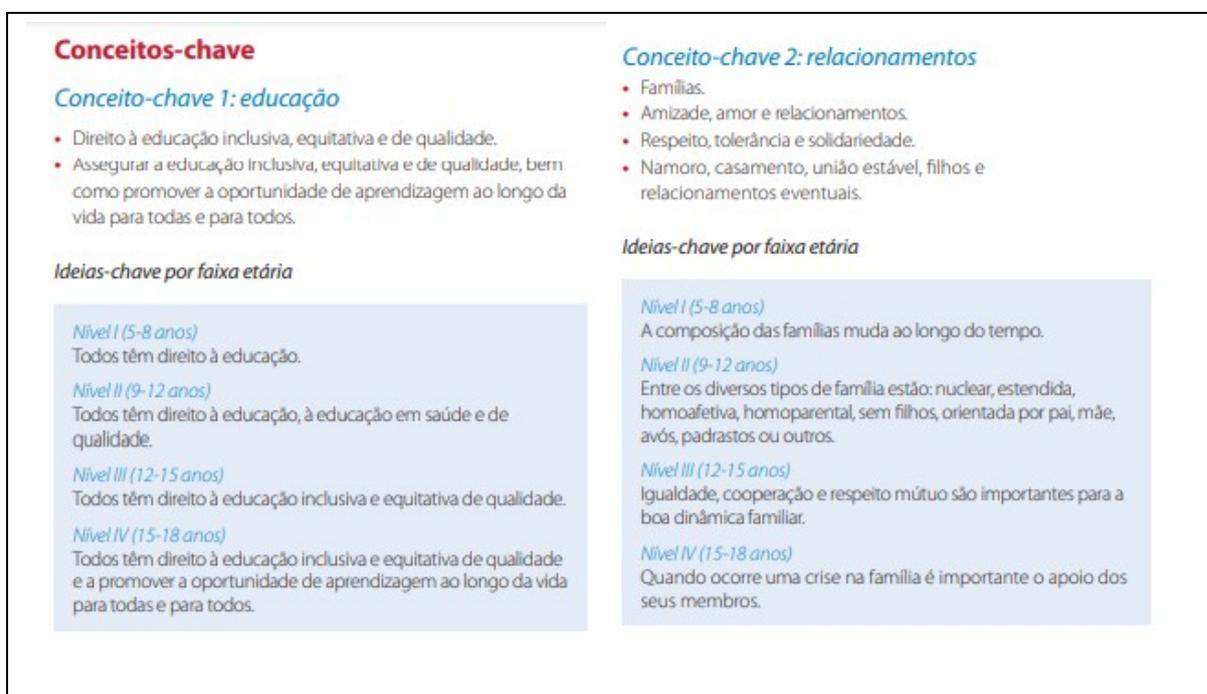
O documento pretende, portanto, ser um instrumento para consulta amplamente acessível a gestores públicos; docentes; pesquisadores/as; membros de conselhos de políticas públicas e demais interessados na prevenção e no enfrentamento a todas as formas de violações dos direitos humanos de crianças e

adolescentes. Enquanto instrumento de governança, concretiza os esforços da UNESCO no sentido de ampliar as oportunidades para promover a educação inclusiva segundo as necessidades vivenciadas no âmbito local, buscando integrar diversos atores sociais para a realização plena do bem-estar dos jovens e para a construção de um projeto de futuro mais justo e democrático (UNESCO, 2023, p.4).

Este documento também apresenta dados estatísticos recentes com relação à violência de gênero envolvendo diversos públicos, incluindo LGBTQIAPN+, e aponta as políticas públicas direcionadas a essas questões.

Com relação à metodologia adotada, o documento segue conceitos-chave que são baseados em ideias-chave por faixa etária, conforme as figuras abaixo, considerando: Conceito-chave 1: educação. Conceito-chave 2: relacionamentos. Conceito-chave 3: valores, atitudes e habilidades. Conceito-chave 4: cultura, sociedade e direitos humanos. Conceito-chave 5: desenvolvimento humano. Conceito-chave 6: comportamento sexual. Conceito-chave 7: saúde sexual e reprodutiva

**Figura 3:** Conceitos-chave e ideias-chave por faixa etária.



### Conceito-chave 3: valores, atitudes e habilidades

- Valores, atitudes e referências de aprendizado em sexualidade.
- Normas e influência dos pares sobre o comportamento sexual.
- Tomada de decisões.
- Habilidades de comunicação, recusa e negociação.

#### Ideias-chave por faixa etária

##### Nível I (5-8 anos)

Pessoas, pares, famílias e comunidades podem ter valores diferentes e que devem ser respeitados, desde que não estejam em desacordo com os direitos humanos.

##### Nível II (9-12 anos)

Os valores culturais influenciam a igualdade e as expectativas de gênero masculinas e femininas.

##### Nível III (12-15 anos)

É importante conhecer de que modo nossos próprios valores, crenças e atitudes afetam os direitos de outras pessoas.

##### Nível IV (15-18 anos)

É necessário saber diferenciar entre os valores pessoais (morais e religiosos) e os valores importantes para a vida em sociedade, como a solidariedade e o respeito à diversidade humana e às diferenças de pensamento.

### Conceito-chave 5: desenvolvimento humano

- Anatomia e fisiologia sexual e reprodutiva.
- Reprodução.
- Puberdade.
- Imagem corporal.
- Privacidade e integridade corporal.

#### Ideias-chave por faixa etária

##### Nível I (5-8 anos)

Família e educadores devem responder às perguntas de forma precisa e dentro dos limites do seu interesse.

##### Nível II (9-12 anos)

As culturas têm diferentes maneiras de interpretar os corpos.

##### Nível III (12-15 anos)

As culturas têm diferentes modos de entender sexo, sexualidade, gênero e o momento ideal para o início das relações sexuais.

##### Nível IV (15-18 anos)

Meninos e meninas transgêneros devem ter seu direito assegurado de utilizar seus nomes sociais na escola.

### Conceito-chave 7: saúde sexual e reprodutiva

- Saúde reprodutiva.
- Entender, reconhecer e reduzir o risco de IST, inclusive o HIV.
- Estigma, tratamento, assistência e apoio às pessoas vivendo com HIV e aids.

#### Ideias-chave por faixa etária

##### Nível I (5-8 anos)

Algumas pessoas não desejam ter filhos.

##### Nível II (9-12 anos)

É importante o acesso a informações corretas sobre preservativos e outros meios de evitar a gravidez, o HIV e outras IST.

##### Nível III (12-15 anos)

Não se deve recusar acesso a preservativos a nenhum jovem sexualmente ativo com base em seu estado marital, sexo, orientação sexual ou identidade de gênero.

##### Nível IV (15-18 anos)

Os métodos contraceptivos permitem que as pessoas planejem suas famílias.

### Conceito-chave 4: cultura, sociedade e direitos humanos

- Sexualidade, cultura e direitos humanos.
- Sexualidade e mídia.
- Construção social de gênero.
- Violência de gênero, abuso sexual e práticas prejudiciais.

#### Ideias-chave por faixa etária

##### Nível I (5-8 anos)

Famílias, pessoas, grupos, comunidades e mídia são fontes de informação sobre sexualidade e gênero.

##### Nível II (9-12 anos)

As pessoas podem questionar as regras de conduta impostas pela cultura e com respeito ao gênero e à sexualidade.

##### Nível III (12-15 anos)

As pessoas devem analisar criticamente as mensagens das instituições sociais (família, escola, igreja, meios de comunicação, grupos sociais) sobre sexualidade para não as reproduzir sem reflexão.

##### Nível IV (15-18 anos)

O reconhecimento dos direitos humanos exige que se respeite as pessoas de diferentes orientações sexuais e identidades de gênero.

### Conceito-chave 6: comportamento sexual

- Sexo, sexualidade e ciclo de vida sexual.
- Comportamento sexual.

#### Ideias-chave por faixa etária

##### Nível I (5-8 anos)

As pessoas demonstram carinho de diferentes formas.

##### Nível II (9-12 anos)

Relações sexuais requerem maturidade física e emocional.

##### Nível III (12-15 anos)

Cada sociedade tem seus próprios mitos sobre comportamento sexual – é importante conhecer o contexto.

##### Nível IV (15-18 anos)

Os parceiros sexuais são responsáveis por evitar a gravidez e prevenir as IST, inclusive o HIV.

brasileiro, 2023, p. 17-18.

Considerando a faixa etária do ensino fundamental anos iniciais que se estende de 6 a 10 anos de idade, o documento divide as etapas conforme nível. Assim, os anos iniciais atenderiam ao nível I (5 a 8 anos de idade) e nível II (9 a 12 anos de idade). Os conceitos que se relacionam com o ensino fundamental aplicariam discussões sobre: educação em saúde; família, pessoas, grupos comunidades; composições de famílias, incluindo homoafetiva, homoparental, sem filhos; valores culturais diferentes; igualdade e expectativas conforme gênero feminino e masculino; mídia, sexualidade e gênero, regras de conduta, respeito ao gênero e sexualidade; imagem corporal e cultura; carinho de diferentes formas; relações sexuais e maturidade física e emocional; pessoas não terem filhos; informações sobre preservativos, gravidez, o HIV e outras IST.

Apesar de o documento contemplar uma ampla e diversa pauta para a promoção da educação sexual nas escolas, nos questionamos sobre o acesso ao material por parte dos docentes, gestores e demais profissionais da educação. A ausência de um diálogo efetivo sobre o tema nas formações continuadas e nos espaços escolares ainda é uma realidade que distancia a efetivação de uma educação em sexualidade. Numa relação entre os documentos oficiais e a prática pedagógica, se faz presente a vontade e intenção docente em tratar o tema. Para isso, se faz necessário uma adequada condução formativa.

## **5 PARA ALÉM DOS SILÊNCIOS, O LUGAR DE POSSIBILIDADES: ENTRE A FORMAÇÃO E A PRÁTICA PEDAGÓGICA**

Para trabalhar com crianças se faz necessários o trabalho com metodologias atrativas com uso de atividades lúdicas em sala de aula. O professor como mediador da aprendizagem precisa encontrar métodos para que esses alunos/as possam compreender determinados assuntos. Essas atividades lúdicas promovem uma melhor maneira de aprendizagem com uso de brincadeiras e jogos. Com a educação sexual não pode ser diferente, principalmente por ser um tema complexo.

Visto que as práticas de ensino têm influência na aprendizagem, a/o professora/or precisa adquirir habilidades para problematizar diversas situações que incentivem as crianças a pensarem em soluções oportunas, podendo solucionar e agregar aprendizagem ao processo de desenvolvimento cognitivo, físico, psíquico e social das crianças. Na educação sexual é preciso criar situações que estimulem o diálogo de maneira que evite qualquer tipo de constrangimento, com diálogos que aconteçam intencionalmente para esclarecer dúvidas sem nenhum tipo de julgamento ou preconceito. A professora/or precisa ter conhecimentos necessários para mediar uma sala de ensino fundamental, essencialmente ao trabalhar a sexualidade.

Dentro do ambiente de formação inicial, o curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, campus III, de Guarabira, conforme o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia – PPC (2016) possibilita o estudo da disciplina de Educação, Corporeidade, Gênero e Sexualidade as/aos alunas/os, possuindo uma carga horária de 45h. A disciplina é ministrada nos primeiros períodos de formação e a sua ementa institui o que deve ser trabalhado:

Conceito de corporeidade. Corporeidade e Educação. Corporeidade e cenário contemporâneo. Sexualidade e historicidade. Conceitos de Gênero e sexualidade. Atitudes e valores sócio-culturais com relação à educação sexual: preconceitos e tabus. Relações entre corporeidade e as diferenças sexuais. A construção do gênero e respeito às diversidades (Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia do CH, UEPB, 2016, p.103).

O curso também possui uma linha de pesquisa específica para esta área, *Formação Docente e identidades: gênero, sexual, geracional, étnico-racial,*

atendendo a temas sociais e culturais em torno das discussões contemporâneas sobre o assunto.

Logo, para além de ser treinamento, o Estágio possibilita uma reflexão da práxis, dialogando com os conteúdos apreendidos durante o curso. É nesse momento que vemos a relação da teoria e da prática. A partir das escolhas pedagógicas percebemos que essa relação se compõe como importante e que somente uma delas não daria conta de ultrapassar os sentidos reducionistas de uma prática pedagógica de uma educação bancária, conforme Freire (1970).

Na dimensão da práxis pedagógica, as disciplinas de Estágio possibilitam uma vivência em que as discussões teóricas da formação vão ao encontro da prática. Assim, a partir da vivência na disciplina de Estágio Supervisionado II, observei, a partir de um olhar mais atento, as ausências e os silêncios de uma prática pedagógica relacionada ao tema da educação sexual nas escolas, especialmente se tratando do ensino fundamental anos iniciais. Neste lugar de silêncio, a minha intervenção pedagógica foi planejada para suprir as ausências sobre o tema da educação sexual<sup>2</sup>.

### **5.1 Relato de Experiência do Estágio Supervisionado: intervenção pedagógica sobre Educação Sexual no ensino fundamental**

A partir desse momento, o relato em questão aborda a experiência no Estágio Supervisionado II, ligado a disciplina da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, vivido na sala de aula da turma do 4º ano do Ensino Fundamental de uma escola municipal da cidade de Guarabira-PB.

O estágio é uma prática de suma importância para a formação de futuras/os professoras/es. Neste momento do curso, vivenciamos a prática docente, refletindo acerca da nossa formação que se dá em contínua aprendizagem. Desse modo, vivenciei a prática numa sala de aula que contava com cerca de 20 crianças com a faixa etária de 08 a 12 anos de idade.

Apesar de encontramos um diálogo sobre o tema na formação inicial, quando nos deparamos com as práticas pedagógicas nas escolas vemos o lugar de silenciamento. A escola em foco não tinha na sua proposta nenhuma ação pedagógica voltada ao tema.

<sup>2</sup> O verbo está em primeira pessoa por se tratar de uma experiência da pesquisadora.

Assim, na regência do dia 18 de Maio de 2023, Dia Nacional de Combate ao Abuso e a exploração sexual contra Crianças e Adolescentes, organizei uma prática pedagógica sobre o tema Prevenção ao abuso sexual com música, cartaz, leitura, para que todos/as participassem. A música trabalhada foi “O Seu corpo é um tesourinho”, pois a música tem papel fundamental e importante na educação e proteção das crianças fornecendo informações, transmitindo mensagens, ajudando a promover o diálogo e a expressar o emocional envolvendo a ludicidade.

Uma situação lúdica pode estar presente em diferentes ações, em momentos de trabalho e de diversão. É na atividade lúdica que se concebe e se faz, por exemplo, uma música, um quadro, um conto, portanto, o fazer artístico é algo semelhante a uma brincadeira (Fernandes, 2007, p. 43).

**O Seu Corpo é um Tesourinho  
(Autor Desconhecido)**

O seu corpo é um tesourinho,  
Tão precioso você tem que guardar,  
Se alguém tocar em você,  
Você não pode esse segredo esconder.  
O seu corpo é um tesourinho,  
Tão precioso você tem que guardar,  
Se alguém tocar em você,  
Você não pode esse segredo esconder.  
Fale pra o papai, conte pra mamãe,  
Fale com seu professor,  
Se alguém tocou em você  
e você triste ficou,  
Fale para alguém.  
Não tenha medo,  
Não guarde segredo,  
Conte pra alguém,  
Não tenha medo,  
Não guarde segredo”.

A música alerta a criança sobre o toque ao corpo, segredos e medos. Junto a isso foi apresentado um cartaz com a ilustração do Semáforo do Toque. Este momento teve direito a roda de conversa em que cada aluna/o teve o direito de fala, uma forma de saber até onde essas crianças conheciam a respeito do tema. O Semáforo do Toque ajuda as crianças a entenderem que elas têm o direito de estabelecerem seus próprios limites pessoais e que esses limites devem ser respeitados por outras pessoas. É uma prática educativa lúdica para o processo de ensino-aprendizagem, que mostra as crianças como se proteger de toques

indesejados. Assim, as cores verde, amarela e vermelha na ilustração do Semáforo do Toque posicionadas nas partes do corpo sinalizam para os limites sobre o toque ou carinho no corpo. De acordo com Luckesi (2004) afirma que a atividade lúdica é aquela que propicia à pessoa que a vive, uma sensação de liberdade, um estado de plenitude e de entrega total para essa vivência. “O que a ludicidade traz de novo é o fato de que o ser humano, quando age ludicamente, vivencia uma experiência plena. [...] Não há divisão” (Luckesi, 2006, p. 2).

Sendo assim, observa-se que quando aplicada à educação sexual, a ludicidade pode ser um alicerce para tornar o tema mais acessível, interessante e envolvente para os alunos. As professoras/es podem criar um ambiente mais receptivo e inclusivo, em que as/os alunas/os se sintam à vontade para explorar e discutir questões importantes. Usar da criatividade, para oferecer educação de qualidade aos indivíduos torna as aulas participativas.

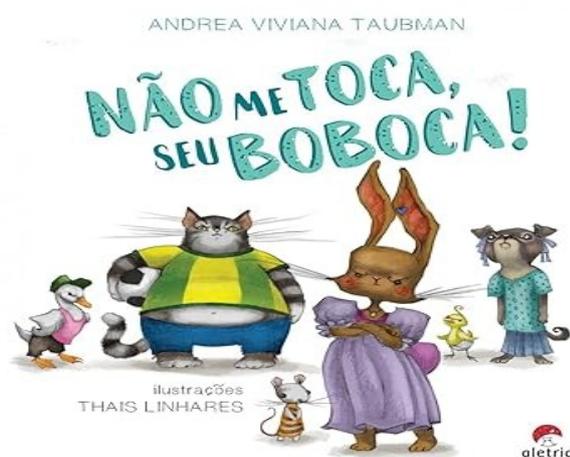
**Imagem 1: Semáforo do Toque**



Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2023.

Por fim, terminamos com a história do livro “Não me toca, seu boboca!”. Este livro tem como objetivo mostrar as crianças como acontece uma situação de violência sexual, mostrando também como se sobressair em casos como esse. É verdade que a leitura nos leva a lugares que só a imaginação consegue, a literatura tem o poder de levar encantamento às crianças e o livro em questão consegue transmitir a mensagem de segurança sem perder a magia que é a leitura. Percebe-se que momentos como esse são oportunos para direcionar aprendizagem sobre o corpo e os limites, possibilitando que as crianças exponham situações como essa.

**Figura 3** – Capa do Livro “Não me toca, seu boboca!”



Fonte: Taubman, Andrea Viviane. (2020). Não me toca, seu boboca!. Brasil: Aletria Editora.

O livro traz como personagens animais como se representassem crianças na infância e conta a história da coelhinha Rita, conhecida como Ritoca. Ela narra que um animal adulto, com aparência de um cachorro ou lobo, havia se mudado para a casa ao lado da sua. Ele possuía uma aparência engraçada, extravagante e vivia indo no parquinho em busca de aproximação dos personagens infantis. No primeiro momento o adulto parecia ser um “tio legal”, pediu para ser chamado de Tio Pipoca e contou que não tinha família e se sentia abandonado, além de dizer que gostava de brincar, jogar videogame, futebol de botão. Certo dia, o Tio Pipoca convidou todos para a sua casa para lanche, brincar e ver televisão com a condição de ser segredo. Apesar de achar uma atitude estranha, mas as crianças foram até o local. Enquanto dispersa a turma com música e dança, Tio Pipoca leva Ritoca até o jardim para carregar bolo e doces e no momento em que estão a sós o adulto mexe na orelha dela para ver o brinco, olha a sua boca pra ver se faltava dentes e pega em seu

pescoço para ver o pingente, pedindo para ela não fizesse alvoroço. Neste momento Ritoca percebe a imprudência, entende que seu corpo é um tesouro e que ninguém deve toca-lo de modo suspeito, produzindo um grito em que todos escutam: - Não me toca, seu boboca! O adulto tenta fugir, mas é impedido pela turma de amigos de Ritoca. Embora envergonhada com a situação, com de que achassem que fosse a culpada, Ritoca narra à história para que todo mundo possa conhecer.

Assim, o livro, de modo lúdico, faz uma alerta às crianças sobre o toque ao corpo, os limites e as permissões, os segredos, a relação com sujeitos desconhecidos e seu lugar de fala sobre situações criminosas como o abuso.

O silenciamento em relação à educação sexual nas escolas pode ocorrer por uma série de razões, algumas das quais incluem tabus culturais e religiosos. Questões relacionadas á sexualidade são consideradas tabus ou são vistas como inconvenientes para discussão aberta. Isso pode levar ao silenciamento em relação à educação sexual, alegando o desafiar de normas sociais ou religiosas. Essa situação pode chegar a causar circunstâncias e consequências negativas tanto para os indivíduos como para a sociedade como um todo, dando continuidade à desinformação e a falta de conhecimentos.

Essa intervenção pedagógica foi bastante proveitosa, as crianças se mostraram interessadas, com trocas de interação e conhecimentos, possibilitando a troca de experiências. As crianças se sentiram acolhidas e agiram espontaneamente para falar sobre coisas que eles sabiam, ou que tinham ouvido em rádio, televisão ou situações próximas deles/as e até com si próprios. Na condição de futura pedagoga, essa experiência foi de suma importância, pois possibilitou a vivência de uma experiência única no Estágio Supervisionado, aprendendo a lidar com uma situação pedagógica vivenciada, de início ao propor essa intervenção confesso que temi a reação da professora da turma e dos demais, porém ela acolheu bem o tema da aula, facilitando assim a regência. Não obstante, sabemos ser um momento pedagógico oportuno, um primeiro passo, mas estamos cientes que é um espaço curto de tempo para lidar com situações e debates mais complexos em torno de gênero e sexualidade, precisando de um planejamento duradouro e efetivo sobre a temática.

Assim, esta ação pedagógica oportunizou um lugar de fala às crianças que se sentiram a vontade para discorrer sobre o tema. Contudo, em momentos como estes

podemos nos deparar com situações de denúncias e, mais uma vez, com adoção de condutas de silenciamentos. Por vezes, as/os docentes e as instituições de ensino não são informados de modo efetivo, por órgãos competentes, de como devem proceder em caso de violência contra crianças, sendo importante um diálogo direto com os Conselhos Tutelares. E para enfrentar os desafios do silenciamento, omissão e revitimização na educação sexual, é crucial adotar abordagens variadas que incluam a revisão de políticas educacionais que abordem nos currículos sexualidade e gênero, a formação contínua de educadores, o engajamento comunitário e o suporte adequado para estudantes.

O Ministério da Educação, nos anos de 2000, produziu uma Guia Escolar explicando os motivos que devem levar a escola a notificar as autoridades em caso de suspeita ou ocorrência de violência sexual. Esse mesmo documento sinaliza que muitos educadores/as não notificam as autoridades por diversos motivos, sendo algumas delas o medo de se envolver em complicações ou pela falta de credibilidade na Polícia e Justiça. Entretanto, a notificação da denúncia é obrigatória cabendo à direção da escola e aos profissionais da educação.

Abordar questões em torno de gênero e sexualidade no ambiente educacional é crucial para promover uma compreensão adequada e respeitosa sobre as o corpo, relacionamentos, consentimentos, saúde, violência sexual, entre outros. Aqui, apresentamos algumas formas de abordagem sobre a educação sexual no ambiente educacional de tantas possíveis. Além de uma ação pedagógica lúdica, cabe a/ao docente a busca incessante por conhecimento. Pois, para esta ação foi preciso estudar sobre o assunto, promover atualização do conhecimento preparando-me para as possíveis curiosidades e inadequações de fala em torno do tema. Faz-se importante abranger e implementar programas e prescrições curriculares em torno da educação sexual que abordem um amplo conjunto de tópicos, atendendo crianças e adolescentes em período escolar.

As instituições educacionais devem lidar com as questões de gênero, incluindo a maneira como os papéis de gênero são ensinados, perpetuados ou desafiados dentro do ambiente escolar. A questão de gênero na escola deve ser inclusiva, sensível e respeitosa, registrando e celebrando a diversidade de identidades de gênero e experiências dos/as alunos/as.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A formação de professores com abordagem de disciplinas e conteúdos que tragam a discussão que permeia sexualidade e gênero possibilita promover uma discussão mais abrangente, respeitosa, inclusiva e saudável para o processo o ensino. Os demais espaços de formação, a exemplo dos Estágios Supervisionados devem ultrapassar a mera observação e intervenção pedagógica, possibilitando a aproximação com uma práxis crítica e reflexiva que considera a abordagens dos temas estudados durante o curso de formação.

Durante a análise da pesquisa, mergulhamos nas complexidades e desafios enfrentados pelas/os educadores nesse campo da educação e lançamo-nos sobre as possibilidades pedagógicas para que chegasse a um debate sobre educação sexual nos anos iniciais do ensino fundamental.

Sabemos que os desafios também ficam em torno dos documentos oficiais instituídos nas políticas curriculares. Assim, compreende-se que a educação sexual deve transcender a mera transmissão de informações biológicas, sendo esta uma situação presente nos documentos oficiais curriculares da educação brasileira. Bem como, as/os professoras/es precisam de uma formação abrangente que incorpore não apenas conhecimentos anatômicos e fisiológicos, mas também habilidades de comunicação, compreensão da diversidade sexual e de gênero, além de sensibilidade sociocultural. É necessário considerar a educação sexual não apenas como uma questão de saúde física, mas também como uma ferramenta para promover a igualdade de gênero e respeitar a diversidade sexual, reconhecemos a importância de desafiar estereótipos, preconceitos e normas sociais.

A promoção de uma educação sexual inclusiva e bem informada pode capacitar as/os alunas/os a entenderem e respeitarem seus corpos e dos seus pares, as vulnerabilidades e limites, a sua própria experiência e diversidade, bem como dos outros, criando um ambiente mais seguro e acolhedor. Além de desestruturar estereótipos de gênero e promover respeito à educação sexual.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, João Joaquim Freitas. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Fortaleza, CE: Universidade Federal do. Ceará, 2007.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Orientação Sexual. MEC, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Ministério da Educação**. CNE/CEB. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 1999.

Brasil. **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. **Ministério de Educação e Cultura**. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Violência contra a mulher**: um olhar do Ministério Público brasileiro/ Conselho Nacional do Ministério Público. – Brasília: CNMP, 2018.

BLAY, Eva Alterman. **Assassinato de mulheres e direitos humanos**. 1ª ed. São Paulo: Editora 34 Ltda, 2008.

FERNANDES, Renata Sieiro. O que se aprende quando - e enquanto - se brinca: o imaginário na sala de aula. In: VARANI, A.; FERREIRA, C. R.; PRADO, G.V.T. (Org.). **Narrativas docentes**: trajetória de trabalhos pedagógicos. CAMPINAS, SP: Mercado de Letras, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª Edição, Rio de Janeiro: paz e Terra, 1987.

GIL. Antônio Carlo. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

LOPES, Guacira Louro. **O corpo educado**. 2ª Edição, Belo Horizonte, Autêntica, 2003.

LOPES, Guacira Louro. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista/ 6ª, 11ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LUCKESI, Cipriano. Estados de consciência e atividades lúdicas. In: PORTO, Bernadete. **Educação e ludicidade**. Ensaios 3. Salvador: UFBA, 2004, pp. 11-20.

LUCKESI, Cipriano. **Ludicidade e atividades lúdicas: uma abordagem a partir da experiência interna**. Disponível em: [www.luckesi.com.br](http://www.luckesi.com.br). Acesso: mar. 2006.

LEAL, Luiz Antonio Batista., & TEIXEIRA, Cristina Maria d'Avila. (2013). A ludicidade como princípio formativo. *Interfaces Científicas - Educação*, 1(2), 41–52. <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2013v1n2p41-52>

MUKHINA, Valeria. **Psicologia da idade pré-escolar: um manual completo para compreender e ensinar a criança desde o nascimento até os setes anos**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MUSSI, Ricardo. FLORES, Fábio. ALMEIDA, Claudio. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. *Revista Práxis Educacional*, v.17, n. 48, p.60-77, Out./Dez. 2021.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 4. ed. rev., atual. e ampl. –São Paulo: Atlas, 2017.

RIBEIRO, Marcos. A influência da TV na sexualidade das crianças. 2005. Disponível em <http://www.pailegal.net/psisex.asp?rvTextold=1119392695> . Último acesso em 10/2008.

SANTOS, Claudiene; BRUNS, Maria Alves de Toledo. **A educação sexual pede espaço: novos horizontes para a práxis pedagógica**. São Paulo, Ômega Editora, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SILVA, Elder Luan dos Santos. Pânico moral e as questões de gênero e sexualidade na BNCC. *História, histórias*, vol. 8, nº 16, jul./dez. 2020. <http://dx.doi.org/10.26512/rhh.v8i16.31928>

SOUSA, Priscila Dantas Leite. TAKIUTI, Albertina. BARACAT, Edmund. SORPRESO, Isabel Cristina. ABREU, Luiz Carlos. Conhecimento e aceitabilidade da vacina HPV entre adolescentes, pais e profissionais de saúde: elaboração de constructo para coleta e composição de banco de dados. *J Hum Growth Dev*. 2018; 289(1): 58-68.

TRINDADE, Ellika; BRUNS, Maria Alves de Toledo. **Adolescentes e paternidade, um estudo fenomenológico**. Ribeirão Preto: Holos,1999.

TIBA, Içami. **Ensinar aprendendo: como superar os desafios do relacionamento professor-aluno em tempos de globalização**. São Paulo: Gente, 1998. Disponível em: <http://www.unesp.br/prograd/pdfne2002/atividadespraticas.pdf> Acesso em: 10 de setembro de 2008.

TAUBMAN, Andrea Viviana. **Não me toca, seu boboca!**. Brasil: Aletria Editora, Belo Horizonte, 2020.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). **Direito à educação em sexualidade e relações de gênero no cenário educacional brasileiro**. 7, place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, França, e Representação da UNESCO no Brasil, em cooperação com o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS), o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e a ONU Mulheres, 2023.

VICENTE, Luciane da Silva. A Educação Sexual nas diferentes versões da Base Nacional Comum Curricular: da abertura ao silenciamento em torno da temática. **SciELO Preprints**, 2023 <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.5559>

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In. LOURO, G.L. (Org). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autentica 2003.